

BIBLIOTECAS POPULARES NOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO RIO DE JANEIRO

Diógenes Luiz da Silva - FFP\UERJ
diodasilva@ig.com.br

Paulo Roberto Raposo Alentejano - FFP\UERJ
chinelo@uninet.com.br

Renata Soares da Costa Santos - FFP\UERJ

Thiago Lucas Alves da Silva - FFP\UERJ
thiagogeoffp@yahoo.com.br

Introdução

O Projeto de Extensão ora apresentado representa a ampliação e a continuidade de parcerias que já vinham se desenvolvendo informalmente entre: o coordenador do Projeto e o MST/RJ; estudantes da FFP/UERJ e trabalhadores rurais do acampamento Terra Prometida. Através destes contatos evidenciou-se a importância e a relevância de se desenvolver um projeto que viabilizasse a organização de bibliotecas populares e a produção de material didático acerca da luta pela terra e a organização dos trabalhadores rurais assentados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O resgate e a preservação da memória da luta pela terra são parte essencial da reafirmação permanente da identidade dos trabalhadores rurais sem terra e da mobilização destes para continuar a sua luta pela democratização da sociedade. Colocar o saber universitário a serviço destes trabalhadores através da confecção de cartilhas e vídeos que registrem a história da luta pela terra na Região Metropolitana e da formação de cada assentamento representa uma contribuição fundamental, coerente com o papel social que a Universidade deve desempenhar. O caráter multidisciplinar do grupo de alunos que se dispõe a participar do trabalho e o envolvimento dos trabalhadores rurais certamente contribuirá para o sucesso da empreitada.

Objetivos

O presente projeto de extensão tem por objetivos: (1) organizar nos assentamentos rurais da Região Metropolitana ligados ao MST bibliotecas voltadas para o resgate e a preservação da memória da luta pela terra e a história de cada assentamento rural; (2) produzir material didático (cartilha e vídeo) com a história de cada assentamento, voltado para o uso cotidiano na educação de crianças, jovens e adultos dos assentamentos; (3) Formar jovens nos assentamentos para administrar as bibliotecas e produzir material didático (cartilha e vídeo).

Dada a grande quantidade de assentamentos rurais existentes na Região Metropolitana coloca-se a possibilidade do desenvolvimento do projeto a longo prazo, mas, de imediato, propomos a execução de um Projeto Piloto.

Projeto piloto

O primeiro assentamento a ser beneficiado com o projeto será o Terra Prometida, atualmente um acampamento em vias de ser transformado em assentamento, onde já vem sendo desenvolvido um trabalho de sensibilização dos estudantes da FFP/UERJ para a realidade dos trabalhadores rurais sem terra.

Metodologia

O trabalho envolverá: (1) a realização de entrevistas com trabalhadores sem terra nos acampamentos e assentamentos e lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Rio de Janeiro; (2) a pesquisa em bibliotecas das universidades e ONGs a fim de levantar relatórios de pesquisa, artigos, monografias, dissertações, teses e livros que tratem da questão agrária no Rio de Janeiro, em especial na Região Metropolitana, de modo a construir o acervo das Bibliotecas Populares; (3) a elaboração de cartilhas e vídeos contando a história dos assentamentos.

Metas

Pretende-se no prazo de 1 ano: (1) montar e catalogar o acervo inicial da Biblioteca Popular do Assentamento Terra Prometida; (2) elaborar o vídeo com a história do Assentamento Terra Prometida; (3) elaborar a cartilha com a história do Assentamento Terra Prometida; (4) Treinar 2 jovens para administração da biblioteca; 2 jovens para gravação e edição de vídeo; 2 jovens para elaboração de cartilhas.

Resultados

Ao longo do trabalho concluímos que devido há algumas dificuldades encontradas se fez necessário uma reformulação nas metas do projeto. A UERJ não deu o devido apoio para o projeto pois não liberou os recursos necessários para a realização das metas, porém, a nossa unidade - Faculdade de Formação de Professores - disponibilizou um kombi para a realização dos trabalhos de campo e contas de xerox para que pudessemos construir as cartilhas com o histórico do acampamento. Outro fator primordial que dificultou o andamento do projeto foi a falta de mobilização por parte dos acampados e dos estudantes que por motivos diversos demoraram para se engajarem no projeto, porém, as dificuldades conseguiram ser superadas e foi realizado um belo trabalho no Assentamento Terra Prometida, onde tivemos como resultado a construção de uma cartilha com a história do assentamento, levantamento de material bibliográfico acerca da luta pela terra no Rio de Janeiro, montagem e catalogação do acervo da biblioteca e o treinamento de jovens para administrarem a biblioteca.

Conclusões

Por ser tratar de um projeto piloto e ter encontrado algumas dificuldades para a sua implementação

tanto por parte dos realizadores do projeto quanto dos assentados do Terra Prometida, chegamos a conclusão junto com o setor de educação do MST-RJ que saldo final do projeto tinha sido bastante produtivo e que iríamos dar continuidade ao projeto em outros assentamentos do Rio de Janeiro. Após alguns diálogos com representantes do setor de educação MST-RJ ficou definido que o Assentamento Vitoria da União e o Acampamento Paz na Terra, ambos respectivamente situados em, Paracambi - RJ e Campos dos Goytacazes - RJ seriam nossas próximas metas para a realização do projeto. É importante ressaltar que no caso do Acampamento Paz na Terra, em vias de se torna um assentamento, estaríamos com este trabalho colaborando para a construção do Centro de Formação do MST no Rio de Janeiro.

Referencial teórico

O MST e a luta pela terra na Região Metropolitana

Desde os anos 1950, quando não apenas no Rio, como no país, proliferam as lutas por terra, no contexto da transformação da reforma agrária em um dos principais itens em jogo no debate político brasileiro, a Região Metropolitana tem sido palco de intensos conflitos fundiários em áreas que são alvo de especulação visando uma futura ocupação urbana.

Já nos anos 1940, o programa de drenagem realizado, com o objetivo inicialmente declarado de viabilizar o surgimento de um cinturão verde para abastecer a cidade do Rio de Janeiro que se encontrava em plena expansão, transformou a Região Metropolitana em polo de especulação. A maioria dos grandes proprietários de terras e grileiros do local optaram pela erradicação dos laranjais ali existentes, expulsão dos lavradores e sua substituição por loteamentos urbanos ou, nas áreas mais distantes, pelo gado, tradicional forma de mascarar a ação especulativa, aguardando os efeitos valorizadores da expansão urbana.

Todo este processo foi viabilizado pelo enorme crescimento populacional da região. De 1950 a 1970, Caxias, São João de Meriti, Nova Iguaçu e Nilópolis tiveram crescimento populacional de 340%, contra 80% do Rio de Janeiro. A construção de estradas de rodagem e a eletrificação das estradas de ferro dotaram a região de ampla estrutura viária, facilitando o acesso à capital e criando as condições para a formação de cidades-dormitório. Posteriormente, o próprio Estado investiu na criação de indústrias na região, de que são exemplo a extinta Fábrica Nacional de Motores e a Refinaria Duque de Caxias, contribuindo ainda mais para a mudança do perfil de ocupação inicial. Com isso, esta área, até então agrícola, se transformou em espaço especulativo, na confluência do rural e do urbano.

O avanço da especulação, a crescente expulsão dos posseiros e a atuação política do Partido Comunista somaram-se para tornar a área palco de violentos conflitos nos anos 1950/60. Conforme demonstra Grynszpan (1987), o combate aos despejos se fazia através da luta pela permanência na terra, manifestações nas cidades, apelos às autoridades (deputados, governador, juízes), denúncias em jornais e ações na justiça, com base no direito de usucapião. Em diversas situações verificaram-se inclusive ações armadas, consideradas pelas associações de lavradores como "formas de

autodefesa contra a violência dos grileiros" (Grynszpan, 1987:153).

Na medida em que conseguiam algum sucesso na permanência na terra, as áreas de resistência se constituíam em exemplos a serem seguidos e incentivavam a vinda de mais posseiros para a região, gerando inclusive um novo fenômeno: as ocupações.

No início dos anos 1960, as ocupações ganharam um caráter mais sistemático, tendo à frente a Federação das Associações de Lavradores do Rio de Janeiro (FALERJ), organizada pelo Partido Comunista. Os ocupantes eram não só do Rio, mas também de outros estados e não eram só lavradores, existindo já naquele momento trabalhadores ou desempregados de áreas urbanas, alguns dos quais arregimentados entre os quadros do PC, o que era usado como elemento desqualificador na luta política que se travava ao redor dos conflitos fundiários.

A principal reivindicação das associações era a desapropriação das terras em litígio e, já no período do governo de Roberto Silveira (1958/1961), começaram a se evidenciar sinais de uma nova ação dos poderes públicos sobre as áreas de conflito. Se, até então, a marca dessas ações havia sido a repressão, o novo governo propôs um Plano Piloto de Ação Agrária, logo transformado, por pressão do legislativo estadual, no Plano de Colonização de Terras Devolutas. Diversas áreas foram desapropriadas através do Plano, permitindo a permanência dos "posseiros" na terra. Mas também procurou-se, por seu intermédio, formar "associações de lavradores", e até mesmo uma federação, fora do controle dos comunistas, tentando atrair os lavradores para a órbita política do governador e de seu partido, o PTB (Grynszpan, 1987:240).

Nos anos seguintes, já no governo Badger Silveira, os Círculos Operários Católicos também buscaram expandir sua atuação junto ao campesinato, ao mesmo tempo em que novas forças políticas se voltaram para a mobilização desse segmento. É o caso de Tenório Cavalcanti, que, através de seu jornal (Luta Democrática), passou a assumir uma postura explicitamente favorável às organizações camponesas e a incentivar ocupações de terra.

O resultado deste conjunto de lutas é a ocorrência de uma série de desapropriações. Nos anos 1950/60, sob a vigência do Plano de Ação Agrária do governo estadual foram realizadas 20 desapropriações de terra no estado do Rio de Janeiro, sendo 13 na área da Região Metropolitana, ao passo que a SUPRA, no período 1963/64, realizou 10 desapropriações no estado, sendo 8 na região, algumas incidindo sobre áreas já atingidas pelo Plano Agrário, mas que continuavam sendo palco de intensos conflitos.

É importante ressaltar que tais intervenções representam naquele momento mais de 50% das realizadas pelo governo federal no país todo, o que demonstra o grau de radicalização do conflito pela terra no Rio de Janeiro na época, embora o estado já fosse fortemente urbanizado.

Essa breve síntese mostra o quanto as lutas por terra na Região Metropolitana, provocaram disputas políticas e deram visibilidade à questão agrária fluminense, no mesmo momento em que a questão da terra era um dos principais temas em disputa no quadro político nacional.

O golpe militar de 1964 interrompeu esse ciclo de mobilizações. A forte repressão que se abateu sobre as lideranças no nível nacional, também atingiu as lideranças do estado que se dispersaram e buscaram a clandestinidade, quando puderam escapar das mãos militares. Ao mesmo tempo, as áreas desapropriadas começaram a ser devolvidas aos antigos donos ou aos grileiros que alegavam

o direito à propriedade destas. O motivo constante da maior parte das devoluções é bastante esclarecedor da própria característica que estamos apontando como central na questão agrária fluminense: alegava-se que se tratava de áreas com "vocação urbana", não sendo, pois, adequadas ao uso agrícola. Tal política desenvolvida pelos governos militares favoreceu o processo de especula o imobiliária que se intensificou na região.

Em que pese esses fatos, a luta por terra permaneceu. O levantamento feito nos arquivos da Confedera o Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) pela pesquisa "Dez anos de luta pela terra: 1969/1979" mostra a existência de diversas áreas de conflito, a partir de denúncias que chegavam   CONTAG e eram encaminhadas aos poderes públicos com a demanda de desapropria o, com base no Estatuto da Terra (Medeiros, 1983).

O registro desses conflitos, num período de intensa repressão, indica que, apesar da persegui o às lideranças que se formaram no pré-64, o sindicalismo que se implanta, desde 1962, a partir das associa es de lavradores, acaba por servir, embora de forma bastante desigual, de acordo com as regiões em questão, de porta-voz de pelo menos parcela dos trabalhadores envolvidos na luta por terra. Um desses casos resultou inclusive numa das raras desapropria es de terra feitas nos governos militares: a da fazenda Concei o do Suruí, em Magé, em 1972, permitindo que tradicionais ocupantes, sofrendo ameaças de expulsão, permanecessem na terra.

  ainda importante assinalar que grande parte dos conflitos registrados nesse período ocorriam nas mesmas áreas objeto de disputa e palco das a es das associa es de lavradores nos anos 1950 e início dos 1960, indicando tratar-se de uma luta surda e contínua.

Nos anos 1980, no bojo do processo de re-democratiza o do país, a Região Metropolitana volta a ser palco de conflitos fundiários, sendo o local onde ocorrem a maior parte das ocupa es de terra no Rio de Janeiro.

Ao contrário dos anos 1950/60, quando o confronto envolvia basicamente posseiros e grileiros, nos anos 1980 o conflito se dará em fun o da a o de desempregados e subempregados dos bairros pobres da periferia das cidades da região metropolitana do Rio de Janeiro que, sem alternativas diante da profunda crise sócio-econ mica do início dos anos 1980, realizam uma série de ocupa es de terra na região.

Embora a primeira ocupa o de terra ocorrida no Rio de Janeiro no que se convencionou chamar de "período da abertura" tenha sido realizada no município de Cachoeiras de Macacu, na fazenda São José da Boa Morte, em 1979, envolvendo basicamente trabalhadores de origem rural da região, a maioria das ocupa es que se seguem se dará nos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Magé e terá o perfil descrito acima.

Um fato recorrente será a ocupa o de áreas que já haviam sido palco de conflitos nos anos 1950/60, como   o caso da própria São José da Boa Morte, mas também de Cachoeira Grande em Magé, de Normandia no então distrito de Japeri, de Morro Grande em Duque de Caxias, de Pedra Lisa em Nova Iguaçu. Isto indica que o processo de avanço de avanço da especula o não tinha sido tão intenso quanto se previa na década de 60, o que serviu inclusive de justificativa para a devolu o por parte dos governos militares das áreas desapropriadas em 1963 e 1964, uma vez que alegava-se a "voca o urbana" de tais áreas.

Indica também a existência de uma certa continuidade histórica entre os processos, tanto no que se refere à existência de uma memória coletiva acerca dos conflitos ocorridos no passado, quanto no que diz respeito à presença de lideranças comuns entre os dois períodos.

Porém, se as áreas e até algumas lideranças são as mesmas, o contexto e os personagens envolvidos são distintos. O contexto não é o da resistência ao avanço da especulação, mas o da fuga das mazelas do mesmo processo de urbanização para o qual foram empurrados compulsoriamente milhões de brasileiros. Os envolvidos nos conflitos não são lavradores ou posseiros que cultivavam a terra e se vêm ameaçados de expulsão ou que já expulsos buscam uma nova área para plantar, mas trabalhadores que por estarem vivendo em más condições, assolados pelo desemprego, a exploração no trabalho, o subemprego, as más aposentadorias, a violência, as precárias condições de moradia, vêm como alternativa retornar ao campo - no caso dos que haviam migrado para as áreas urbanas em década passadas - ou se direcionar para este - no caso dos que sempre habitaram áreas urbanas.

Em comum há o fato de que em ambos os casos considerava-se que as perspectivas de sobrevivência nas áreas urbanas eram praticamente inexistentes, o que justificava a ruptura com a trajetória de vida até então traçada.

É necessário dizer que as primeiras ocupações não tinham interesse claramente definido no que diz respeito à conquista de terra para morar ou para plantar, engajando-se as pessoas indistintamente em ocupações de terra urbana e rural, pois o que estava por trás neste caso era a intenção de se ver livre da cobrança de aluguel que restringia ainda mais a já arrojada renda destes trabalhadores.

Com o tempo, porém, foi se estabelecendo uma separação mais nítida entre os que buscavam apenas um local para construir sua casa própria e os que além disso, se interessavam por um pedaço de terra maior que lhes possibilitasse produzir alimentos para a sua subsistência e a comercialização. A ocupação emblemática dessa passagem é a de Campo Alegre, ocorrida em 1984 e que forçou o governo estadual à época comandado por Leonel Brizola a criar uma política agrária para o estado, o que até então não fazia parte das preocupações centrais de seu governo.

De Campo Alegre proliferaram grupos que se organizaram para ocupar terras em outras áreas, como as fazendas Boa Esperança em Japeri, do Barreiro em Paracambi (atual Vitória da União), da Conquista em Valença, Pedra Lisa em Nova Iguaçu, o Mutirão da Fé em Queimados e tantos outros, transformando a Região Metropolitana na principal área de conflitos fundiários do estado do Rio de Janeiro nos anos 1980.

Nos anos 1990, embora observe-se um deslocamento espacial das lutas pela terra no Rio de Janeiro, concentradas nas regiões Norte e das Baixadas Litorâneas, a Região Metropolitana não deixa de ser palco de conflitos. A reduzida prioridade dada à região pelo MST/RJ - nesta sua segunda tentativa de se territorializar no estado - à interiorização reflete a visão negativa construída por estudiosos, mediadores, militantes, técnicos e sindicalistas rurais acerca dos assentamentos da Região Metropolitana, bem como as próprias dificuldades que o movimento enfrentou em sua primeira investida no estado.

No entanto, se o MST buscou a interiorização como forma de escapar do que considerou como armadilha da proximidade dos grandes centros urbanos, não pode fugir à realidade da enorme

urbanização no Rio de Janeiro, traduzida na presença de apenas 4% da população no campo. Assim, novamente o movimento de luta pela terra no estado se depara com um elemento que em nossa hipótese se constituiu na década de 1980 em obstáculo à territorialização do MST no estado: a dificuldade em lidar com o caráter urbano embutido na luta pela terra no Rio de Janeiro.

Assim, nos últimos anos, o MST/RJ tornou a voltar atenção para a realidade da Região Metropolitana, buscando, de um lado, compreender melhor a realidade dos assentamentos rurais existentes na Região, de outro, organizar novas ocupações, como foi o caso do atual acampamento Terra Prometida, resultante da ocupação da Fazenda Santana, no final de 1999, no limite dos municípios de Japeri e Miguel Pereira, e, posteriormente da Fazenda da CNEN, em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, onde estão até hoje e deverão ser assentados em breve.

Esta longa e rica história da luta pela terra na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, aqui retratada breve e sinteticamente, precisa ser resgatada e preservada, em especial para as gerações atuais e futuras das comunidades rurais dos assentamentos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, sendo de fundamental importância a produção de materiais didáticos que viabilizem o debate acerca destes processo nas escolas dos assentamentos e comunidades vizinhas, seja na educação infantil ou na educação de jovens e adultos.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

- ALENTEJANO**, Paulo R. R. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado*. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2003.
- GRYNSZPAN**, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964). Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro, PPGAS/UFRJ, 1987.
- MEDEIROS**, Leonilde. Servolo de. (coord.). *Dez anos de luta pela terra: 1969-1979: levantamento de conflitos - Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, CEDEC-ABRA-CPDA/UFRRJ, 1983.
- MEDEIROS** L. S. et all. "Luta por terra e assentamentos rurais no Rio de Janeiro." in **MEDEIROS**, L. S. e **LEITE**, S. *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. da Universidade/UFRGS/CPDA/UFRRJ, 1999.
- NOVICKI**, Victor de A. *O Estado e a luta pela terra no Rio de Janeiro: primeiro Governo Brizola (1983-1987). Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ, 1992.